



**F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS**

EPGE

Escola de Pós-Graduação
em Economia

Ensaio Econômico

Escola de

Pós-Graduação

em Economia

da Fundação

Getúlio Vargas

Nº 468

ISSN 0104-8910

O Tempo das Crianças

Marcelo Cortes Neri, Daniela Ribeiro da Costa

Dezembro de 2002

URL: <http://hdl.handle.net/10438/532>

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Diretor Geral: Renato Fragelli Cardoso

Diretor de Ensino: Luis Henrique Bertolino Braido

Diretor de Pesquisa: João Victor Issler

Diretor de Publicações Científicas: Ricardo de Oliveira Cavalcanti

Cortes Neri, Marcelo

O Tempo das Crianças/ Marcelo Cortes Neri,
Daniela Ribeiro da Costa - Rio de Janeiro : FGV,EPGE, 2010
(Ensaio Econômico; 468)

Inclui bibliografia.

CDD-330

O Tempo das Crianças

Marcelo Neri¹

Daniela Costa²

Resumo

Este artigo persegue três objetivos complementares: i) avaliar comparativamente os indicadores sociais das crianças. ii) analisar as consequências de longo prazo derivadas do bom desempenho infantil. iii) por último, e mais importante, analisar os determinantes micro e macroeconômicos da repetência escolar, evasão escolar e do trabalho infantil. Ou seja avaliamos os efeitos de longo prazo da instabilidade econômica medida a nível microeconômico. As principais variáveis analisadas são aproximações dinâmicas de impulsos e respostas, isto é: de um lado choques de renda no chefe do domicílio e de outro lado, a probabilidade da criança abandonar a escola, repetir a série ou começar a trabalhar. A principal conclusão do estudo é que a má alocação do tempo das crianças cresce quando se junta necessidade com oportunidade, como crianças pobres em regiões ricas ou filhos de desempregados durante booms.

¹ Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e Professor da EPGE/FGV.

² Pesquisadora do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV.

0. Introdução

O Brasil não gasta pouco na área social mas gasta muito mal. Essa baixa qualidade tem sido tradicionalmente associada à falta de focalização dos gastos nos segmentos pobres. Discutimos aqui outro problema de qualidade dos gastos sociais brasileiros, qual seja, a baixa persistência dos seus efeitos. Quer dizer: a política social brasileira exerce efeitos fugazes sobre as condições de vida da população. O esforço fiscal/social hoje empreendido, deixará poucas marcas na nossa sociedade a longo prazo.

A política previdenciária que consome a maior parte do orçamento social é compensatória por natureza; no sentido de financiar mais consumo que investimento. Esta política contrasta, por exemplo, com a política educacional de caráter estrutural. A vantagem da política compensatória é a alta velocidade, em contrapartida, sua desvantagem é a baixa persistência de seus efeitos. A persistência de um dado programa social, seja compensatório ou estrutural, está ligada a própria composição etária do seu público-alvo.

Neste sentido a alocação do tempo das crianças constitui determinante fundamental da performance a longo prazo da nossa economia, e é objeto de ações sociais mais estratégicas para sociedade brasileira. Se as crianças hoje freqüentam a escola, ou se trabalham, antecedem as condições sociais brasileira de algumas décadas. Um país que cuida de suas crianças, por exemplo através de políticas educativas de qualidade, viabiliza o seu futuro.

Este texto tem três objetivos, a saber: i) avaliar comparativamente os indicadores sociais das crianças. ii) analisar as razões por que o estado deve intervir na alocação de tempo das crianças bem como analisar as consequências de políticas nesta área. iii) por último, e mais importante, analisar os determinantes micro e macroeconômicos da repetência escolar, evasão escolar e do trabalho infantil.

1. Crianças, Nossos Párias - Qual é o status atual da criança no Brasil? A avaliação da distribuição etária das condições sociais deve levar em conta o processo de repartição das diversas rendas no bojo das famílias. Por exemplo: a renda do aposentado pode beneficiar outros membros de sua família como as crianças - belamente ilustrado no filme *Eu, Tu, Eles* - assim como a bolsa-escola pode percorrer o caminho inverso. Nesse sentido, conceito adequado para auferir o bem-estar seriam baseados em dados a nível da família, como a insuficiência de renda familiar per capita. Usamos como referência a renda de 61 reais por pessoa, entretanto os resultados qualitativos se mantêm para um amplo espectro de valores³.

³ As linhas de indigência e de pobreza reportadas em Ferreira, Lanjouw e Neri (1996) correspondem a 76 reais e 151 reais respectivamente, avaliadas a preços da grande São Paulo de outubro de 1999.

A maior taxa de insuficiência de renda por faixa etária se encontra no grupo até 5 anos de idades: 38.8% contra 24.8% do conjunto da sociedade. Cerca de 45% dos indigentes brasileiros tem menos de 15 anos de idade. A menor taxa de insuficiência de renda está no grupo acima de 70 anos: 8.1%.

Tabela 1

**PERFIL ETÁRIO DA
INSUFICIÊNCIA DE RENDA**

	População	% de Miseráveis	Contribuição % para a Miséria Total
Total	158,232,252	24.8	100.0
0 a 5 anos	15,125,555	38.8	15.0
5 a 10 anos	15,893,875	37.8	15.3
10 a 15 anos	17,133,431	33.3	14.5
15 a 20 anos	16,445,293	24.4	10.2
20 a 25 anos	13,376,564	19.8	6.7
25 a 30 anos	12,170,942	21.0	6.5
30 a 35 anos	12,076,763	21.8	6.7
35 a 40 anos	11,080,956	20.6	5.8
40 a 45 anos	9,666,370	18.9	4.7
45 a 50 anos	8,015,962	17.7	3.6
50 a 55 anos	6,205,644	17.2	2.7
55 a 60 anos	5,179,392	16.0	2.1
60 a 65 anos	4,218,407	11.8	1.3
65 a 70 anos	3,473,931	9.5	0.8
+ de 70 anos	5,259,446	8.1	1.1
Ignorada	2,909,721	40.1	3.0

Fonte: Microdados da PNAD - IBGE

Elaboração : CPS/IBRE/FGV

Obs: Linha de R\$ 61 per capita

A análise dos demais indicadores sociais da tabela 2 consolida a imagem das crianças como o grupo prioritariamente desfavorecido de nossa sociedade. O desnível no que se refere a cobertura de serviços públicos entre as estatísticas das crianças e todas faixas etárias da sociedade brasileira corresponde a: 55% contra 64% em água encanada, 78% contra 84% em esgoto e 66% contra 73% em coleta de lixo. Este viés contrário às crianças é observado numa extensa lista de indicadores sociais. Um apelido apropriado para a nossa prática social, seria Guilherme Tell, em alusão ao personagem suíço que ficou conhecido por atirar flecha sobre a cabeça de seu filho.

Tabela 2

Grupos Etários	Renda Domiciliar Per Capita	Acesso a Esgoto	Acesso a Água Encanada	Acesso a Coleta de Lixo
0 a 5	\$ 156.4	53.0%	76.1%	64.9%
5 a 10	\$ 167.4	54.7%	77.3%	65.5%
10 a 15	\$ 183.1	57.2%	79.4%	67.8%
15 a 20	\$ 226.6	60.8%	81.9%	71.6%
20 a 25	\$ 257.2	62.1%	83.2%	73.0%
25 a 30	\$ 268.7	63.8%	85.4%	74.3%
30 a 35	\$ 284.3	65.1%	86.0%	75.7%
35 a 40	\$ 289.9	67.0%	86.5%	76.4%
40 a 45	\$ 316.7	67.4%	86.2%	76.0%
45 a 50	\$ 340.0	65.7%	85.0%	73.8%
50 a 55	\$ 362.0	63.8%	83.4%	72.5%
55 a 60	\$ 356.3	64.1%	82.9%	71.6%
60 a 65	\$ 353.3	63.9%	82.8%	70.7%
65 a 70	\$ 340.6	64.2%	82.9%	71.0%
70 ou +	\$ 331.0	64.3%	80.6%	69.4%

Fonte: Microdados PNAD/IBGE
Nota: Grupos etários em anos.

As injustiças sociais contra as crianças preocupam pelas suas implicações a longo prazo. Afinal, estas crianças vão estar em algum momento no comando do país. Dessa forma, programas voltados a este público como merenda escolar, bolsa-escola, vacinação, e por que não, a difusão de práticas anticoncepcionais entre os pobres, deveriam aparecer no topo das prioridades nacionais, não só pela questão do foco como da persistência desses gastos.

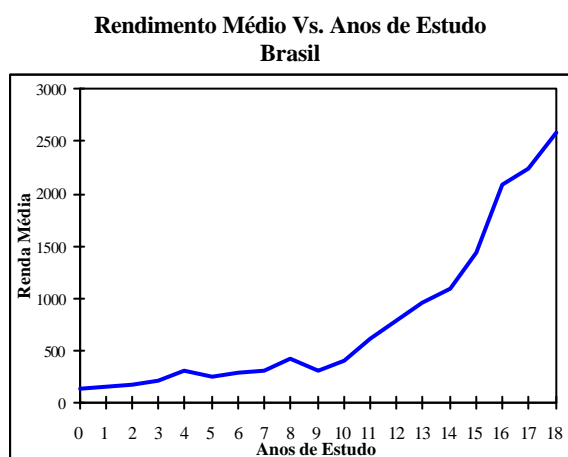
Alguns argumentam que a melhora observada no acesso a serviços públicos desde 1980 pode estar correlacionada à abertura política do país. A redemocratização teria incentivado a classe dirigente a zelar mais pelos serviços prestados à sua clientela política. Como exemplo, a universalização da previdência rural promovida pela Constituição de 1988. O problema no caso das crianças é que elas estão excluídas do mercado eleitoral. Nesse sentido, uma solução para aumentar o poder de barganha dos interesses infantis na definição das prioridades nacionais seria a introdução do voto das crianças, representadas pelas suas respectivas mães. Esta seria na classe das soluções utópicas para a miséria brasileira, a que produziria efeitos sociais mais duradouros.

2. Tempo das Crianças - A PNAD nos oferece uma visão da alocação do tempo das crianças em termos nacionais permitindo diferenciar situações rurais das urbanas: nas áreas rurais, 36% crianças entre 10-14 anos de idade no Brasil estavam trabalhando contra 8% nas áreas urbanas. Em média durante as duas últimas décadas houve aproximadamente duas vezes mais

meninos trabalhando do que meninas. Noventa por cento dos indivíduos provenientes de famílias pobres não terminaram o 2º grau e 74% não completaram a 4ª série. 45% dos pobres possuem menos de 16 anos de idade. Enquanto as taxas de matrícula são altas no Brasil, o nível educacional atingido progride lentamente devido a frequência escolar irregular e as altas taxas de repetência (13%) e abandono escolar (8.9 %). Ainda de acordo com a PNAD, 15% de todas as crianças nesta faixa etária estavam trabalhando – houve uma queda de 2 pontos de porcentagem desde 1995.

A cada ano adicional de estudo a renda do trabalho aumenta, em média, 16%. Retorno auferido para toda a vida ativa. A taxa de ocupação também cresce com a escolaridade de 52% para analfabetos para 87% para indivíduos que completaram a universidade. É difícil imaginar investimento mais lucrativo do que passar de ano.

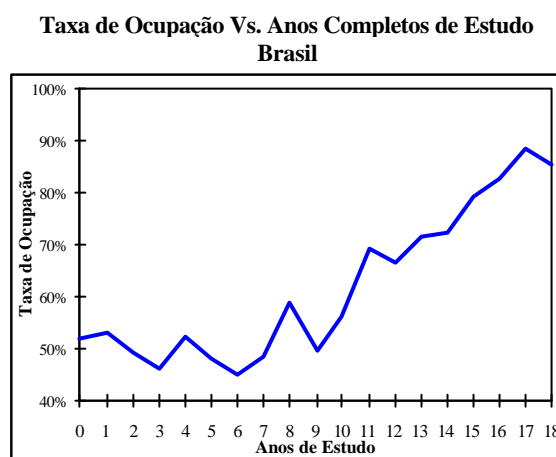
Gráfico 1



Fonte : PNAD 99 - IBGE

Elaboração : CPS/IBRE/FGV

Gráfico 2



Fonte : PNAD 99 - IBGE

Elaboração : CPS/IBRE/FGV

Se o retorno da escolaridade é tão alto por que a necessidade do estado intervir no tempo das crianças?

i) **Retornos Crescentes** - Quando a criança passa de 0 para 4 anos de estudo o ganho de renda é de 8% a.a. . Ao passo que quando a escolaridade passa de 11 para 15 anos de estudo o retorno corresponde a cerca de 21% a.a. Existe uma armadilha de pobreza onde para obter retornos mais altos, o indivíduo tem de investir antes mediante baixos retornos.

ii) **Externalidades** - o retorno da educação para a sociedade como um todo é superior ao do indivíduo que é educado. Ricardo Paes de Barros mostra que um dos principais determinantes do desempenho escolar é a educação média das mães da comunidade. A tabela 3 ilustra algumas conseqüências da acumulação de um ano a mais de estudo pela/para sociedade.

Políticas - Agora dadas estas falhas de mercado que tipo de intervenção empreender?

i) **Coerção** - Por exemplo, a adesão recente do Brasil a resolução da OIT sobre trabalho precoce implica num aumento da idade mínima permitida de 14 para 16 anos. A taxa ocupacional aos 15 anos nas principais metrópoles brasileiras é 21%.

ii) **Prevenção** - O melhor antídoto contra o trabalho infantil é a educação, especialmente das mães: 23.6% dos filhos de analfabetas exercem trabalhos, domésticos ou externos, contra 1.7% dos filhos de mulheres com secundário completo. A produção de educação demanda educação como insumo. Entretanto, a maturação dos investimentos em políticas educacionais como o FUNDEF leva décadas. A obtenção de altos retornos sociais exige paciência.

iii) **Ambas** - Um programa que concilia velocidade e durabilidade é o bolsa-escola onde as mães recebem uma bolsa condicionada ao desempenho escolar dos filhos. A expansão do bolsa-escola aliada à ampliação paulatina da faixa etária de elegibilidade do programa até os 16 anos incompletos, constitui complemento desejável à nova resolução do trabalho precoce.

Tabela 3

Impacto sócio-econômico de aumento de 1 ano de estudo

Variável	Impacto
<i>Crescimento Econômico (taxas anuais)</i>	
Renda per capita (2000/25)	0,35
Salário industrial (2005/15)	0,85
Crescimento das exportações (2000/15)	0,70
<i>Crescimento Populacional</i>	
Crescimento da população (2000/15)	-0,26
Crescimento da fecundidade total (2025)	-0,40
Crescimento da natalidade por 1.000 (2025)	-2,40
<i>Mortalidade (por 1.000 nascidos vivos)</i>	
Mortalidade infantil (2025)	-8,90
Mortalidade infantil até 5 anos (2025)	-12,60
<i>Longevidade (em anos)</i>	
Expectativa de vida - mulher (2025)	2,00
Expectativa de vida - homem (2025)	2,00
<i>Escolaridade (taxas)</i>	
Atendimento bruta secundário (2025)	5,20
Analfabetismo mulher (2020)	6,80
Analfabetismo homem (2020)	5,40

Fonte: Berhman, J., BID, 1996.

4. Efeitos de Longo Prazo da Instabilidade - Um eminente economista quantificou os custos sociais das flutuações macro. Indicando quanto cada indivíduo estaria disposto, em média, a contribuir para que a alternância entre *booms* e recessões fosse erradicada: um Big Mac por ano! Valor baixo, pois trata-se do caso dos EUA aonde por hipótese o estado não só tentaria, como conseguiria amortecer toda instabilidade observada.

O problema dessa conta é o nível de agregação envolvido, mesmo durante as piores recessões - digamos a grande depressão dos anos trinta - a renda média não cai a níveis próximos de zero, ao passo que na prática alguns indivíduos tem suas respectivas rendas zeradas. Nas crises muitos sofrem pouco e poucos sofrem muito. O valor de um hambúrguer para quem está morrendo de fome tende a infinito.

As limitações incorridas nas análises agregadas são diversas. A temperatura média enfrentada por um adolescente que trabalha no MacDonalds entre sorvetes e batatas fritas nos dá a impressão de uma situação mais amena do que aquela observada na prática.

O nível micro permite mensurar não só os custos da instabilidade como as suas conseqüências. A realidade do adolescente americano que trabalha em lojas de fast-food, ou dos brasileiros envolvidos na produção de bens transacionáveis, como calçados ou laranja - estudados com devoção nos EUA - diferem daquela dos nossos garotos que vendem chiclete no sinal. É preciso considerar a heterogeneidade das situações vividas.

Apesar da nossa longa história de volatilidade pouco foi estudado sobre os custos sociais permanentes da instabilidade. Abordamos aqui os efeitos de longo prazo da instabilidade microeconômica. Em particular, o impacto de choques na renda paterna sobre variáveis de acumulação de capital humano como: evasão escolar, repetência e trabalho infantil. O ciclo de vida pode ser dividido em três fases, na primeira a criança trabalha e não estuda, depois estuda mas trabalha para na última fase abandonar por completo a infância, ou seja, trabalhar e não estudar. Quais seriam os efeitos de infortúnios paternos em termos da entrada precoce da criança no mundo adulto?

O nível micro permitiu mensurar não só os custos da instabilidade como as suas conseqüências, considerando a heterogeneidade das situações vividas. Os dados usados por acompanhar um número grande de domicílios por curtos intervalos de tempo, permitiram a estimação dos impactos de mudanças das circunstâncias dos pais sobre as mudanças de alocação de tempo das crianças. A análise foi restrita às famílias compostas por pai, mãe e pelo menos uma criança com idade entre 10 e 15 anos, residentes nas seis principais áreas metropolitanas, durante as duas últimas décadas. As principais variáveis de interesse foram

aproximações dinâmicas de impulsos e respostas, isto é: de um lado choques de renda nos pais e de outro, a probabilidade da criança abandonar a escola, repetir a série e/ou começar a trabalhar. Exploram-se eventos controlados por características das crianças (gênero, idade, se a criança está atrasada na escola), dos dois pais (escolaridade e renda) mais variáveis de tempo e de localização. Em suma, comparam-se crianças em situações idênticas no que é possível observar.

5. Infortúnios paternos, infâncias perdidas- Vejamos inicialmente as variáveis estáticas começando por atributos microeconômicos, fortemente relacionados ao nível de pobreza ou a insuficiência de renda das famílias, como educação do pai e da mãe e nível de renda do pai. Notamos que a educação tanto do pai quanto a da mãe têm importância tanto sobre o trabalho infantil quanto sobre o abandono e a repetência escolar. Por exemplo, a criança cujo os pais têm escolaridade igual a zero, tem 1,35 vezes mais chances de começar a trabalhar do que uma criança cujo os pais tenham 4-7 anos de estudo. Estas mesmas estatísticas para abandono e repetência escolar correspondem a 1,5 e 1,07, respectivamente. Resultados qualitativamente similares foram encontrados para dados educacionais maternos e para renda paterna indicando a correlação positiva entre *proxies* de pobreza à nível individual e atitudes predatórias em relação ao futuro das crianças.

Olhando agora as variáveis de localização geográfica que podem ser interpretadas como características agregadas fixas, observamos que as áreas metropolitanas mais ricas situadas no Sul ou Sudeste são as que aumentam mais as chances da criança trabalhar, sendo São Paulo a mais rica com maior chance das crianças começarem a trabalhar. Porto Alegre e São Paulo são as áreas metropolitanas com maiores probabilidades da criança abandonar a escola. Recife e Salvador apresentam menores taxas de evasão escolar do que em outras regiões menos pobres. Já a repetência é mais provável nas crianças que vivem em Salvador do que em qualquer outra área metropolitana analisada. A criança que mora em Salvador tem 1,59 vezes mais chance de repetir a série do que aquela que vive em São Paulo.

A análise de fatores temporais (agregados) apresenta também uma aparente dissonância com os resultados individuais supracitados: em fases de *booms* macroeconômicos o trabalho precoce entra em alta e o desempenho escolar em baixa. Por exemplo, 1986, o ano do *boom* do Cruzado, constitui um pico do trabalho precoce e da evasão escolar. Este resultado parece indicar que as maiores oportunidades associadas à expansão macro pode ser prejudicial ao futuro das crianças.

Os dados relativos a trabalho infantil, repetência e evasão escolares revelaram dois níveis de análise dos seus principais determinantes econômicos. Variáveis microeconômicas estáticas como a escolaridade do pai ou da mãe indicativas das necessidades a serem supridas pela oferta de trabalho precoce, levando também a evasão e ao atraso escolar. Ao passo que o nível macro do estado da economia representado não só por períodos de *booms* como pelo nível de desenvolvimento de regiões revelaram a pressão exercida pela maior demanda sobre o trabalho infantil. Por exemplo, o trabalho infantil é mais presente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre do que em Recife e Salvador.

O pior desempenho infantil acontece quando se combina necessidade com oportunidade, como no caso das crianças pobres que vivem em regiões ricas. Nesses casos as chances dos filhos sacrificarem o seu futuro é maior pois se junta a fome com a possibilidade de trabalhar para comer. Estes resultados sugerem que filhos de desempregados durante *booms* seriam mais suscetíveis a atitudes míopes na alocação de seu tempo. A resposta desta questão requer uma análise microdinâmica. Os resultados indicam que choques adversos na renda paterna tem, de fato, correlação positiva com a evasão e a repetência escolar. As respectivas chances destes eventos ocorrerem com crianças cujos pais sofreram perdas de renda são 21% e 23% maiores do que àquelas que não apresentaram alteração no *status* paterno. Os resultados porém não apresentam relação significativa entre o pai perder o emprego e a criança começar a trabalhar no mercado de trabalho.

6. Conclusões – Este texto visou em primeiro lugar avaliar os indicadores sociais das crianças. Neste aspecto, constatamos a existência de um viés contrário às crianças numa extensa lista de indicadores sociais em relação a outros grupos etários. Em segundo lugar, analisamos as razões por que o estado deve intervir na alocação de tempo das crianças. Abarcamos elementos como rendimentos crescentes e externalidades na educação e políticas para lidar com estas não linearidades no processo de acumulação do capital humano. Reproduzimos ainda evidências sobre os impactos de um ano adicional de estudo bem como analisar suas consequências sobre indicadores como crescimento econômico, mortalidade infantil, longevidade entre outros.

Finalmente e mais importante, analisamos os determinantes micro e macroeconômicos da repetência escolar, evasão escolar e do trabalho infantil. Os resultados sugerem que choques adversos na renda paterna tem correlação positiva com a evasão e a repetência escolar. As respectivas chances deste eventos ocorrerem com crianças cujos pais sofreram perdas de renda são 21% e 23% maiores do que àquelas que não apresentaram alteração no *status*

paterno. Os resultados porém não apresentam relação significativa entre o pai perder o emprego e a criança começar a trabalhar. Por outro lado, quando trabalhamos com a variável de choque interagindo com o nível de renda inicial dos pais, encontramos um impacto significativo nos três quintis de renda inicial mais baixos. Ou seja, apenas as crianças pobres tendem a ingressar no mercado de trabalho face ao infortúnio paterno.

A análise agregada apresenta alguma dissonância com os resultados individuais supracitados: em fases de booms macroeconômicos o trabalho precoce entra em alta e o desempenho escolar em baixa. Por exemplo, 1986, o ano do *boom* do Cruzado, constitui um pico do trabalho precoce, da evasão e da repetência escolares. Este resultado parece indicar que as maiores oportunidades associadas à expansão macro pode ser prejudicial ao futuro das crianças.

Os dados relativos a trabalho infantil, repetência e evasão escolares das tabelas revelam dois níveis de análise dos seus principais determinantes econômicos. Variáveis microeconômicas como a escolaridade do pai ou da mãe indicativas das necessidades a serem supridas pela oferta de trabalho precoce, levando também a evasão e ao atraso escolar. Ao passo que o nível macro do estado da economia representado não só por períodos de booms como pelo desenvolvimento de regiões revelam a pressão exercida pela maior demanda sobre o trabalho infantil. Por exemplo, o trabalho infantil é mais presente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre do que em Recife e Salvador.

Em suma, o pior desempenho infantil acontece quando se combina, necessidade com oportunidade: crianças pobres de regiões ricas ou filhos de desempregados durante booms.

7. Anexo:

Apresentamos abaixo uma visão esquemática dos principais eventos estudados e tabulações dos seus determinantes próximos.

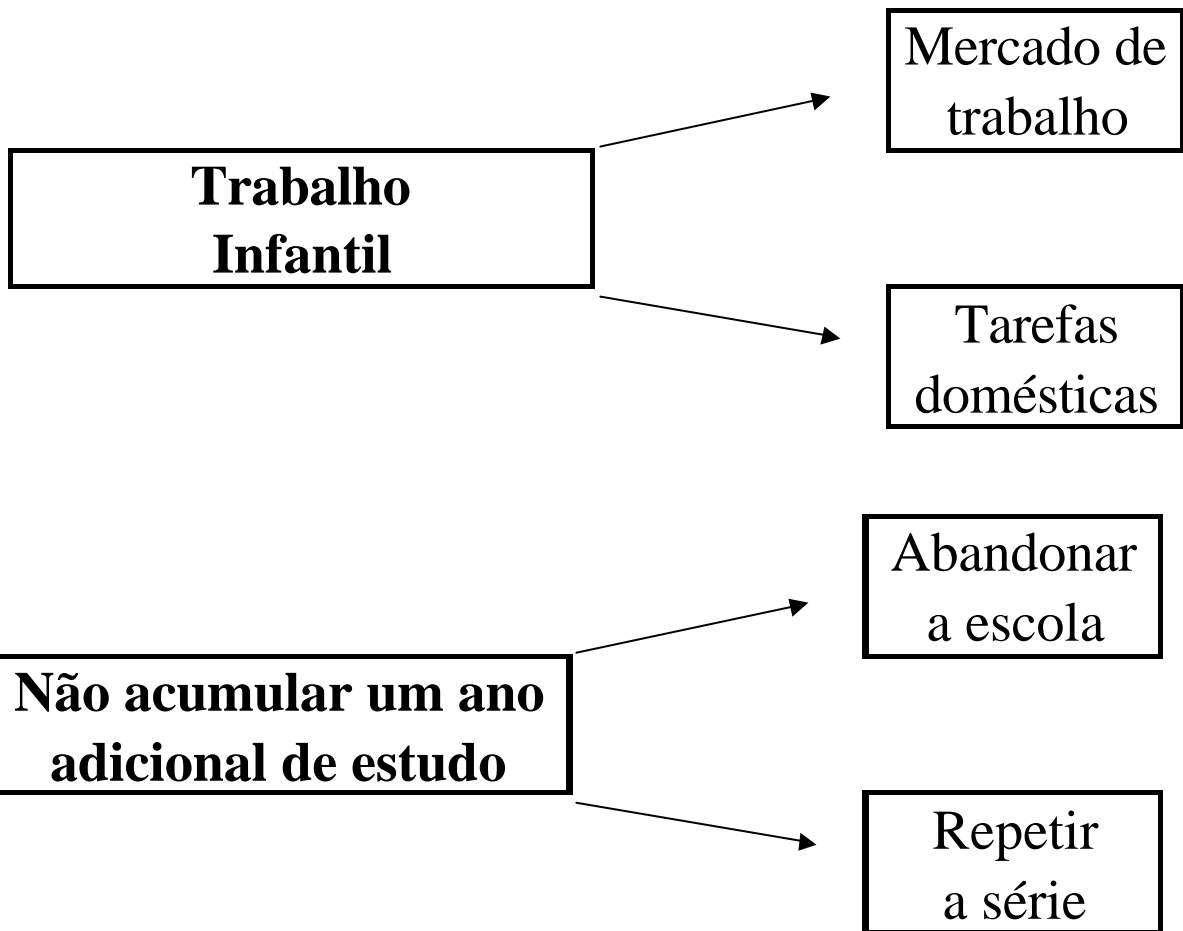


Tabela 1

Análise bivariada - Crianças entre 10-15 anos de idade %				
Universos	Prob. estar	Prob. fazer	Prob. não estar	Prob. estar
Estatísticas	trabalhando	tarefas	freqüentando	atrasado
	fora de casa	domésticas	a escola	na escola
Total	9.55	1.99	6.96	61.42
Idade da criança				
10 anos	0.82	0.41	1.23	41.19
11 anos	1.54	0.74	1.73	46.30
12 anos	3.43	1.13	2.89	56.48
13 anos	6.37	1.79	5.28	63.18
14 anos	13.36	2.71	9.40	70.07
15 anos	21.66	3.59	14.70	74.99
Atraso				
Criança não atrasada	4.53	0.33	1.06	0.00
Criança atrasada	12.70	3.03	10.67	100.00
Faixas de educação do pai				
0 anos completos de estudo	18.57	5.20	17.69	88.24
1-3 anos completos de estudo	14.22	3.10	11.65	77.11
4-7 anos completos de estudo	9.43	1.73	5.99	64.22
8-11 anos completos de estudo	4.32	0.61	1.77	44.82
12-15 anos completos de estudo	1.77	0.14	0.58	23.52
16 ou + anos completos de estudo	1.43	0.04	0.52	20.73
Faixas de educação da mãe				
0 anos completos de estudo	18.43	5.22	18.22	88.61
1-3 anos completos de estudo	13.59	3.41	11.26	77.76
4-7 anos completos de estudo	8.86	1.40	5.09	62.24
8-11 anos completos de estudo	3.71	0.30	1.29	38.89
12-15 anos completos de estudo	1.68	0.06	0.40	20.09
16 ou + anos completos de estudo	1.23	0.00	0.00	18.90
Áreas metropolitanas				
Porto Alegre	11.62	2.53	10.84	51.95
São Paulo	11.55	1.08	4.93	52.97
Rio de Janeiro	6.22	2.32	6.41	62.09
Belo Horizonte	11.08	2.37	8.25	64.51
Recife	8.94	2.70	7.42	73.02
Salvador	6.20	0.95	3.50	72.31
Quintis de renda do pai				
I	10.15	2.48	8.76	67.96
II	10.47	2.43	8.61	66.47
III	11.44	2.76	8.92	70.48
IV	9.44	1.54	5.78	60.77
V	6.05	0.58	2.22	39.59

Análise bivariada - Crianças entre 10-15 anos de idade % (cont)				
Universos Estatísticas	Prob. estar trabalhando fora de casa	Prob. fazer tarefas domésticas	Prob. não estar freqüentando a escola	Prob. estar atrasado na escola
Quintis renda permanente do pai*				
I	12.40	3.27	10.55	81.36
II	11.27	2.64	9.71	71.13
III	9.80	2.11	7.81	62.20
IV	8.71	1.44	4.93	55.80
V	5.48	0.43	1.70	36.08
Padrões sazonais				
Abril	5.00	0.99	2.62	46.88
Maio	9.28	1.75	6.15	55.40
Junho	8.80	1.70	6.79	56.39
Julho	8.56	1.67	5.96	57.20
Agosto	9.29	1.90	6.32	57.96
Setembro	8.92	1.86	6.18	60.02
Outubro	10.56	2.24	7.88	64.24
Novembro	9.58	1.98	6.95	64.99
Dezembro	9.93	2.23	7.43	66.18
Janeiro	11.77	2.83	9.90	73.10
Fevereiro	11.36	2.77	9.41	75.16
Março	11.17	2.03	8.10	61.82
Sub-períodos				
82_83	13.24	3.36	10.74	67.29
84_85	11.30	2.83	9.69	66.72
86_87	12.11	2.06	8.21	65.42
88_89	10.04	1.76	7.01	62.56
90_91	10.03	1.69	6.55	62.91
92_93	7.01	1.87	5.64	61.16
94_95	6.16	1.17	4.11	55.51
96_97	5.66	0.88	3.01	53.73
98_99	4.54	0.81	2.40	43.75

Fonte: CPS/FGV processando os Microdados da PME/IBGE

Referências bibliográficas

BARROS, Ricardo Paes e MENDONÇA, Rosane e VELAZCO, Tatiana (1995). “Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil?”, mimeo, **IPEA**.

BEHRMAN, J., HUMAN RESOURCES IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, WASHINGTON. IADB, 1996.

NERI, Marcelo Côrtes and THOMAS, Mark. R. (2000), “Household Responses to Labor-Market Shocks in Brazil, 1982-99”, Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia, **ANPEC**.

NERI, M., GUSTAFSSON-WRIGHT, E., SEADLACECK, G., COSTA, Daniela e PINTO, Alexandre (2000), “The Effects of Idiosyncratic Shocks to Father's Income on Child Labor, School Drop-Outs and Repetition Rates in Brazil”, Anais do XXII Encontro Brasileiro de Econometria, **SBE**.